

XXVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HIDRÍCOS

CONFLITO E MOBILIZAÇÃO NA BACIA DO LAGO DE FURNAS: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DE CONTEÚDOS MIDIÁTICOS

Maria Júlia Paulino Pereira¹; Priscylla Pavlowa Senna²; Diego Santos Cunha³; Diego Augustus Senna⁴; Izabel Cristina de Matos Andrade⁵; Nathalia Roland⁶ e Sonaly Cristina Rezende⁷

Abstract: The article investigates the conflicts faced by municipalities affected by changes in the Furnas reservoir – MG, highlighting mobilization efforts aimed at ensuring safety and balance in the multiple uses of water. Based on the analysis of news reports that reveal such tensions, a community was identified that employed available tools to voice its demands and the strategic engagement of the Alago association in institutional decision-making spaces. The research contributes to understanding, on a local scale, the complexity of socio-environmental relations and the challenges posed by fragmented perspectives of power actors over the territory, shedding light on the struggles encountered in the pursuit of environmental justice.

Key-words: Socio-environmental conflicts; Furnas' Lake and Social Mobilization.

Resumo: O artigo investiga os conflitos enfrentados por municípios afetados pelas alterações no reservatório de Furnas – MG, destacando as ações de mobilização em prol da garantia da segurança e do equilíbrio no uso múltiplo das águas. A partir da análise de matérias jornalísticas que evidenciam tais tensões, identificou-se uma comunidade que utilizou dos instrumentos disponíveis para expor suas demandas e a atuação estratégica da associação Alago nos espaços institucionais de decisão. A pesquisa contribui para compreender, em uma escala local, a complexidade das relações socioambientais e os obstáculos impostos pelas visões fragmentadas dos atores de poder sobre o território, evidenciando os desafios enfrentados na busca por justiça ambiental.

Palavras-Chave: Conflito Socioambiental; Lago de Furnas e Mobilização Social.

INTRODUÇÃO

A represa de Furnas, localizada em Minas Gerais, faz parte da Bacia do Rio Grande e possui 36 municípios lindeiros. Sua construção iniciou-se em 1957, com a promessa de Juscelino Kubitschek de resolver a crise energética como a linha mestra do Plano de Meta do seu Governo. “O empreendimento afetou diretamente cerca de trinta e cinco mil pessoas, residentes em moradias dentro da linha d’água em cerca de 8.100 propriedades rurais. Um quarto dessa população (ou nove mil pessoas) teve de deixar suas propriedades” (Cabral, 2007). Naquele momento o Brasil não possuía um arcabouço jurídico capaz de lidar com a compensação ambiental e os danos à vida dessas comunidades (Mbembe, 2018). Ao final da construção da barragem de Furnas e a inundação de uma área significativa, o qual cobre uma área média do espelho d’água de 1.081,09 km² (Latuf; Santos,

1) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil. E-mail: mariajulia.paulinopereira@hotmail.com

2) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil. E-mail: priscylla.senna@yahoo.com

3) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil. E-mail: dieegos.cunha@gmail.com

4) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil. E-mail: augustus.senna@yahoo.com.br

5) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil. E-mail: izacristmatus@gmail.com

6) Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora – MG, Brasil. E-mail: nathalia.roland@ufjf.br

7) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil. E-mail: srezende@desa.ufmg.br

2023)⁸, o Brasil vivenciou um período de gestão autoritária no período da ditadura militar, levou a situações de injustiça socioambiental sem precedente, dada a dificuldade de as comunidades serem escutadas e tomarem lugar em espaços de tomadas de decisão.

Neste trabalho propõe evidenciar os conflitos gerados pela variação do nível do reservatório, resultado do controle exercido pela UHE Furnas, das limitações enfrentadas pelos órgãos e gestores públicos e a mobilização de organizações sociais na luta pela garantia da segurança e do equilíbrio nos usos múltiplos da água, para atuar de forma ativa na defesa dos interesses locais e regionais, no âmbito dos municípios do entorno do Lago de Furnas. Em um ambiente o qual são 50⁹ municípios pertencentes à bacia hidrográfica, dos quais 36 lindeiros, portanto, diretamente impactados pelo reservatório.

REFERENCIAL TEÓRICO

A cientista política Chantal Mouffe ressalta que o conflito é resultado de um ambiente composto de pluralidade de identidades, interesses e posições ideológicas. E os ambientes das audiências públicas e imprensas midiáticas, como jornais, que vão ser apresentados ao longo deste trabalho são espaços que mesmo ainda limitados, permitiram grandes resultados, possibilitando que esses conflitos sejam escutados (Mouffe, 2005). Para Dobson (2014; p. 21), “A escuta é, assim, uma atividade que traz essas vozes à tona - não por descobri-las, mas por permitir que sejam reveladas”. E quando existe essa escuta ativa, dentro de ambientes de tomadas de decisões, estudos e normativas são implementados para lidarem com as demandas de tais grupos participantes.

As consequências da construção de uma barragem e o desafio de se conseguir uma escuta ativa foram abordadas pela autora Ana Luiza B. M. Costas sobre o caso da barragem de Sobradinho, construída durante regime ditatorial e declarada como “área de segurança nacional”. A cultura e o sentido de comunidade foram irreversivelmente afetados, e o medo instalou-se. Neste trabalho, Costas (1990) menciona a conversa de surdos, dada a dificuldade dos técnicos de compreenderem toda a pluralidade cultural daquele povo o qual vivia em um modelo de vida urbano e rural.

A autora Norma Valêncio chama a atenção para a prática de uma resiliência radical, ou seja, aqueles grupos que em sofrimento social produzem espaços de articulação, requalificam suas perdas e danos nos termos culturalmente compatíveis ao conjunto de sentidos de suas vidas e de valores que atribuem ao lugar que compartilham. (Valêncio, 2019, p. 249). E assim consigam articular suas reais demandas, se fortalecendo para lidar com situações de desastres. A autora em 2022 em um outro trabalho, destaca como os desastres ambientais são sintomas de políticas públicas socioambientais mal direcionadas, ou seja, que não são articuladas o suficiente para compreender o cenário passado, presente e futuro, com políticas que estudam o desenvolvimento de forma fragmentada e desencadeiam diversos outros problemas, “aproximadamente 25% dos municípios decretam estado de emergência todos os anos, mais de 75% dos eventos estão relacionados a problemas de saneamento” (Londe et al., 2018; Valencio et al., 2022). De acordo com Aníbal Quijano, os grupos destituídos de seus direitos representam não apenas instrumentos de demandas, mas uma força para

⁸ A média encontrada pelos autores é o valor entre variação oscilado entre 696,23km² (área mínima, com cota de 754,43m e volume útil de 16,04% em 15/10/2000) e 1.345,73km² (área máxima, com cota de 767,90m e volume útil de 99,18% em 28/04/2008).

⁹ Existe uma divergência de informação entre as quantidades de municípios, o qual o plano diretor de 2013 da bacia do GD3 apresenta, 48 municípios e o site do Instituto Mineiro de Gestão das Águas informa 50 municípios.

lidar com estruturas de colônias de poder (Quijano, 2000), que se mantém nos países do Sul Global. A esses grupos a única opção é conflito com organizações que têm poder sobre a economia, sua qualidade de vida e necessidades básicas elevando-se a pressão sobre entidades públicas com poder e capacidade para escutar os envolvidos e resolver conflitos.

Domènec (2013) aprofunda-se em análises comparativas da oposição urbana e rural a um grande projeto hídrico no Nepal, apresentando aspectos teóricos que ajudam a dar suporte às discussões que emergem da análise de conflitos, por meio da Justiça Ambiental e da Ecologia Política. A justiça ambiental é um eixo assinalada como pouco engajado à teoria, apregoando, por meio de uma visão eminentemente empírica, que o benefício e os custos ambientais de certas ações de desenvolvimento tendem a afetar desproporcionalmente certas comunidades. A Ecologia Política Urbana, por sua vez, aborda a hegemonia do neoliberalismo na formação das relações entre o homem e a natureza, concentrando-se na produção de desigualdades em torno do acesso ao meio ambiente, na reprodução desigual do poder social que o sustenta.

As ferramentas para a compreensão das bases dos conflitos e seus desdobramentos, de cunho teórico, reportam ao que autores que veem se dedicando a desvendar o que causa os conflitos envolvendo a água e como evoluem, como participam os distintos atores e o quanto suas demandas são consideradas. As informações aqui analisadas são discutidas com base nessas ferramentas.

METODOLOGIA

Duas frentes alimentam este estudo: uma revisão bibliográfica e uma análise de conteúdo de notícias jornalísticas que repercutam os conflitos relacionados aos usos múltiplos da água no reservatório de Furnas (MG) e como a sociedade civil se mobiliza para lidar com eles.

A análise de notícias contempla um recorte temporal de janeiro de 2020 a maio de 2025. Inicialmente, as reportagens foram selecionadas com base em palavras-chave como “Lago de Furnas” e “conflito”, permitindo uma abordagem crítica sobre os conflitos hídricos e de governança da água. As principais fontes de consulta incluem o portal de notícias G1, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Supremo Tribunal Federal (STF). As notícias foram catalogadas em uma planilha e organizadas por temas relativos ao uso da água: saneamento, uso / ocupação do solo, agricultura, pesca/turismo, nível da represa associado à escassez hídrica e acordos de gestão (normativas, decisões judiciais e instâncias de negociação). Adicionalmente, as reportagens foram marcadas com palavras-chave como “conflito”, “usina”, “pesquisa” e “altas no reservatório”. Foi adotado um critério de exclusão para evitar duplicidade temática: notícias com o mesmo enfoque publicadas no mesmo mês. Com o intuito de aprofundar no contexto das informações analisadas, procedeu-se à verificação das notícias com outras fontes de dados, tais como legislações pertinentes, comunicados oficiais das instituições envolvidas e reportagens complementares de diferentes veículos de comunicação. Essa verificação permitiu uma análise mais robusta e contextualizada dos fatos reportados.

A revisão bibliográfica complementa a análise documental, fornecendo embasamento teórico e empírico em trabalhos que foram publicados sobre os conflitos socioambientais envolvendo grandes reservatórios, com foco na atuação institucional para escuta, resistência de comunidades e impactos sobre usos múltiplos da água.

RESULTADOS

Ao aplicar a busca no período de 65 meses foram selecionadas cerca de 100 notícias com evidências da dificuldade da população em lidar com a mudança no nível do reservatório e suas consequências, apresentadas na tabela 1. Também foi possível identificar atores variados, que realizaram ações em prol de lidar com os conflitos dos usos múltiplos da água na região de Furnas, MG. Além da mobilização dos meios de comunicação, que desempenharam papel essencial ao ampliarem a visibilidade dos conflitos relacionados aos usos múltiplos e ao acesso à água, destacam-se também as contribuições das instituições de pesquisa, como a Universidade Federal de Alfenas e a Federal de Itajubá que realizaram estudos na região a partir de denúncias realizadas na região.

Os veículos de imprensa possibilitaram a construção de uma rede de informações que apresentou pesquisas, denúncias e relatos feitos pelos próprios moradores. Um exemplo emblemático ocorreu em 2021, quando piscicultores e praticantes de esportes aquáticos denunciaram a poluição no reservatório, alertando para o despejo de efluentes não tratados, conforme veiculado pela TV Globo (G1, 2021). Em 2020, ano anterior à reportagem mencionada, a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) realizou pesquisas sobre a presença de aguapés no reservatório, relacionando sua proliferação à elevada carga de matéria orgânica proveniente de efluentes domésticos sem tratamento. A presença dessas plantas aquáticas invasoras tem sido apontada como um dos principais fatores de impacto negativo sobre o turismo e a pesca, reforçando a preocupação recorrente da população local com a qualidade ambiental do lago. Além dessas instituições, destacam-se ainda ações voluntárias promovidas por organizações como a “Ecofaxina”, que envolvem atividades de limpeza nas margens do reservatório, contribuindo de forma direta para sua preservação. A Tabela 1 sintetiza os conflitos identificados.

Tabela 1: Síntese dos conflitos registrados ao entorno do Reservatório de Furnas entre 2020 a 2025

1.Uso e Ocupação do Solo	Conflitos na regulamentação de propriedades ao redor do reservatório, devido ao tombamento, que estabeleceu a cota 762 acima do nível do mar.
2.Pesca / Navegação	Há muitos acidentes com embarcações devido a galhadas e aguapés. Aumento na mortalidade dos peixes por eutrofização.
3.Turismo	A mudança no nível do reservatório causa impacto paisagístico e diminui o turismo, causando migração de trabalhadores e prejuízo econômico.
4.Agricultura	A mudança no nível do reservatório faz aumentar os casos de incêndios das áreas anteriormente alagadas e inicia um processo de ocupação dessas áreas para agricultura e pecuária. A escassez hídrica afeta a irrigação e dificulta a movimentação das balsas e o transporte da produção agrícola.
5. Acordos e Gestão	Conflitos relacionados à cota 762 e ao recente tombamento do espelho d'água do Lago de Furnas. Mudanças nas gestões municipais e consórcios dificultam a continuidade nos acordos.
6. Saneamento	Os afluentes que abastecem o reservatório transportam esgoto. Há muito lixo ao redor do reservatório. Há diversas denúncias de efluentes causando poluição. A mudança no nível do reservatório aumenta o caso de doenças transmitidas por mosquitos e casos de picadas de animais peçonhentos. Além da frequente evidência da escassez hídrica, há algumas menções a alagamentos.

Dentre os grupos mobilizadores, aqueles que se engajam na organização dos processos participativos construídos na base do interesse comum, destaca-se, a associação Alago (Associação dos Municípios do Lago de Furnas), entidade associativista que visa promover o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental dos municípios ao redor do reservatório. Atua no planejamento regional integrado, com foco no turismo, saneamento básico e infraestrutura, além de incentivar a implantação da hidrovia do lago para fortalecer a economia e a integração local, formada por empresários e representantes políticos dos municípios do entorno do reservatório.

No período de estudo os conflitos que mais se destacam estão diretamente associados ao processo de tombamento do espelho d'água do reservatório. Durante uma audiência pública, em março de 2020, a Operadora Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou aos presentes que manter a cota do reservatório de Furnas em nível reivindicado pelos municípios de seu entorno prejudicaria a geração de energia nacional. Adicionalmente, a diretoria de hidrologia da Agência Nacional de Água (ANA), ressaltou a importância da garantia de um bom nível do reservatório para a operação da Hidrovia Tietê-Paraná. O presidente da comissão concluiu a audiência com uma solicitação de um parecer técnico dos órgãos responsáveis, para que se viabilizasse a cota mínima de 755 metros. A Alago, neste momento, era capaz de demonstrar que a cota de 755 metros acima do nível do mar (cerca de 23% da capacidade da represa) não era viável, dado que prejudicaria principalmente municípios mais altos ao redor do reservatório, tais como Fama e Campo do Meio. Trata-se da primeira disputa de narrativas e interesses identificados neste estudo entre a ONS, a ANA e a Alago, cada qual com suas demandas.

No mesmo mês ocorreu uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), na qual foi apresentada a proposta de tombamento do reservatório, como uma Unidade Conservação, prevendo-se como cota mínima a cota 762. O promotor de justiça de Varginha, também representante da Alago, utilizou como arcabouço jurídico a Constituição Federal para argumentar sobre a necessidade da cota 762: “artigo 180, prevê que os entes federados incentivam o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (MPMG, 2020). Além das referidas audiências, de grande importância para mobilização, outro marco deste período foi que o reservatório atingiu a cota de 762, não alcançada desde 2016 (G1, 2020), o que permitiu o retorno da navegação, do turismo e da pesca na região. Fortaleceu o engajamento comunitário na luta pela cota 762, nas redes sociais, com um grupo de mais de 200 mil inscritos na plataforma Facebook, chamado “Todos por Furnas”, que mostra eventos e processos de mobilização por meio de registros fotográficos e depoimentos sobre a situação da represa e sobre como alteração da cota do reservatório impactava suas atividades. No final do mesmo ano de 2020 foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 52/2020 que declarava o tombamento do reservatório, na construção desta PEC que tem como primeiro signatário, membro atuante da Alago. O texto adiciona a Constituição do Estado:

“ficam tombados, para fins de conservação, o Lago de Furnas e o Lago de Peixoto, localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Grande, devendo seu nível ser mantido em, no mínimo, 762 m e 663 m acima do nível do mar, respectivamente, de modo a assegurar o uso múltiplo das águas, notadamente para o turismo, a agricultura e a piscicultura” (ALMG, 2020).

Com a vitória as entidades começaram a se adequar ao cumprimento das novas normativas, estabelecidos novos volumes de vazão pela ANA. A Associação continuou na luta, agora atenta aos conflitos que a mudança da legislação traz. A alteração na cota e a declaração do Reservatório como uma UC, levou a problemas de uso e ocupação do solo, com as centrais elétricas demarcando as áreas

para desapropriação, assustando os moradores, assim como ocorrido no município de Campo do Meio, sobre o qual a nova demarcação passou a incidir sobre áreas anteriormente de propriedade privada. A associação Alago, em 2021, conseguiu realizar um acordo com as Centrais Elétricas de Furnas, beneficiando cerca de 850 construções ao entorno do reservatório (G1, 2025).

Em 2021 o cenário de tombamento do reservatório, era instável, com a presidência se declarando publicamente contrária ao tombamento dado que este “ofende a competência privativa da União para legislar sobre águas e energia e para explorar os serviços e as instalações de energia elétrica” (STF, 2021). A pressão de deputados para a manutenção de um artigo da Medida Provisória 1.031/21, que trata da privatização da Eletrobrás, e sobre as novas normas da ANA para a gestão da Usina. Durante a audiência pública, no segundo semestre de 2021, a Alago criticou a metodologia de gestão: “Não houve uma preocupação em fazer a gestão considerando a imensa possibilidade de geração de emprego e renda produzida pelos lagos criados pelos reservatórios artificiais” (Agência Câmara de Notícias, 2021). Ressaltando que o problema não eram as mudanças climáticas, mas a dificuldade de uma gestão efetiva, que considerasse os direitos de outorgas e os outros motivos pela alteração no nível do reservatório.

Em agosto de 2021 foi realizada uma reunião entre a Alago, o presidente da Usina de Furnas (Eletrobrás) e outros representantes políticos, com resultados muito otimistas para melhorar a comunicação entre a Alago e a Empresa, além do pronunciamento do presidente da Usina, Clóvis Torres, se desculpando com a “falta de empatia” da Empresa acerca das dificuldades que as comunidades vinham sofrendo ao longo dos anos. Muito importante para o reconhecimento do conflito na região, a Alago se pronunciou também sobre a necessidade de estabelecer novas fontes de geração de energia. A parceria com a Eletrobrás e a mobilização de entidades foram fundamentais para assegurar efetivamente o tombamento. Em dezembro de 2021, a ACMinas (Associação Comercial de Empresas de Minas), que esteve acompanhando o processo de tombamento, apresentou estudos sobre a importância da cota 762 e se posicionou contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), impetrada pelo Governo Federal, declarando que o tombamento ofendia a competência privativa da União para legislar sobre águas e energia e para explorar os serviços e as instalações de energia elétrica.

O monitoramento de outros movimentos, além daqueles associados à Alago, revela a existência da Associação PRO-Furnas, em 2022, que se pronunciou preocupada com o fim do uso da geração de energia alternativa, as termoelétricas, pelo fim do período de escassez hídrica e a “bandeira vermelha”. A reação ressalta a necessidade de constante vigilância, pois, mesmo com a cota 762, a mudança no nível do reservatório é muito volátil e dependente dos interesses voltados à geração de energia elétrica, além das autorizações de outorgas.

A mudança no nível do reservatório ao longo do período analisado se mostrou não apenas acentuada no conflito paisagístico, mas também na segurança da vida aquática da região, dado que o Lago banha três dos principais municípios produtores de tilápia do Estado, o que, com a mudança no Reservatório e lançamento de efluentes, aumentou a mortalidade de peixes. Em 2022, cerca de 120 toneladas de peixes mortos foram encontradas na região de Alfenas (G1, 2022). A notícia, de maio de 2022, ocorreu cerca de um mês após o fim da bandeira vermelha da escassez hídrica. Ao longo dos meses, os registros denotaram preocupação com a diminuição da cota do Reservatório, com a falta de chuva e a insegurança de garantir a cota 762 m, dado que, em dezembro de 2022, o ONS informou que a cota era de 761 m. Nesse período a garantia do cumprimento do tombamento foi questionada em audiência pública da Câmara dos Deputados, quando a Alago se pronunciou em

representação de prefeito dos municípios da região, resultando na solicitação da elaboração de uma resolução para implementar um plano de recuperação dos níveis do Lago de Furnas e da Bacia do Rio Grande. Em 2023 foi assinada a “Carta de Alfenas”, em evento que reuniu a Associação Mineira de Municípios (AMM), o Ministério Público e a Alago, momento de firmarem oficialmente o compromisso do cumprimento das normas sobre atividades antrópicas no entorno do Reservatório, à gestão integrada e sustentável dos usos múltiplos vinculados à cota 762, à preservação da qualidade dos recursos hídricos, ao controle de fontes poluidoras e à análise crítica dos procedimentos de licenciamento ambiental corretivo (ARISMIG, 2023).

A luta e a cobrança pela participação geraram normativas; estabelecidas em 2024, pela ANA, a Resolução 193, que determinou em dois distintos períodos o gerenciamento hídrico e no artigo 3º estabeleceu faixas de operação:

Tabela 2: Faixas de operação ANA - Resolução 193, 2024

Faixa de Operação	Nível do Reservatório	Cota Mínima	Vazão Média Mensal	Restrições
Normal	Igual ou superior a 50% do volume útil	762 metros	Sem redução	Não há restrições de vazão
Atenção	Entre 20% e 50% do volume útil	—	Reduzida para 500 m ³ /s	Restrição parcial
Restrição	Abaixo de 20% do volume útil	—	Reduzida para 400 m ³ /s	Restrição mais severa

Fonte: Resolução ANA nº 193/2024.

Essa resolução permitiu que mesmo com a seca de 2024, uma das piores dos últimos 74 anos, segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), o impacto no reservatório fosse menor. A Alago e outras associações continuam procurando segurança jurídica para que a cota seja cumprida, também para a regularização das áreas ocupadas próximas ao reservatório em acordo com a Eletrobrás (privatizada em 2024). O estado também está se mobilizando, como o Ministério de Minas e Energia comunicou o investimento em 2025 em 50 municípios que são influenciados pelo reservatório como construção de Estação de Tratamento de Esgoto (ETES), diques de contenção e recuperação de áreas degradadas.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O presente artigo pretendeu evidenciar aspectos que corroboram com a crescente mobilização em torno de usos múltiplos no Lado de Furnas, com a determinação de uma cota altimétrica mínima para o Lago e mais previsibilidade para seus usuários.

Identificaram-se divergências de relatos, mudanças de posicionamentos e acordos, como fruto da pluralidade de identidades e interesses dos diversos atores envolvidos. A presente abordagem obtida pela busca e análise de notícias, apresenta um cenário de grande demanda para usos múltiplos, por um agente (reservatório) que não é natural, gerido por ações antrópicas, observando-se uma associação muito influente, com membros em cargos de lideranças dos diversos municípios da bacia,

envoltos pelo desafio de terem suas demandas reconhecidas. Enfrentando a visão parcial dos agentes envolvidos, Eletrobrás e Hidrovia Tietê-Paraná, entes com grande poder sobre o território. A comunidade se mobilizou para acumular uma série de informação mostrando como a pluralidade dos seus modos de vida estão conectados ao reservatório e a Associação se valeu de regras e diretrizes constituídas para forjar o reconhecimento destas demandas.

Analizando-se as narrativas acerca da “demanda de energia”, para a “segurança nacional”, usado em 1957 para justificar a mudança de vida de milhares de pessoas (e os outros significativos impactos que a construção da usina hidrelétrica produziu), comprehende-se que se trata do mesmo discurso utilizado em 2020, com eixos ideológicos diferentes. Percebe-se que a visão desenvolvimentista e a demanda energética são muito relevantes para as tomadas de decisões, ainda que exista um avanço nas políticas nacionais e acordos internacionais, orientados pela busca de soluções mais sustentáveis que satisfaçam “as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (WCED, 1987). É necessário como as ODS indicam uma articulação intersetorial na elaboração de políticas públicas para enfrentar os desafios da pobreza, saneamento e desastres (Valencio, 2023).

As desigualdades socioambientais no contexto estudado são ditadas pelas relações de poder que colocam atores locais e regionais em posições de confronto, obrigando-os a entrarem na arena de negociações. Os argumentos ancorados na justiça ambiental e na ecologia política urbana revelam como as mudanças climáticas globais representam pano de fundo cada vez mais relevante na resolução dos conflitos, haja vista a constatação de que as relações entre o homem e a natureza necessitam ser remodeladas e coibir a reprodução das desigualdades em torno do acesso ao Lago de Furnas.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo fornecimento de bolsas de pesquisa e aos colegas e amigos que auxiliaram e apoiaram na pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. (2024). *Resolução nº 193, de 10 de maio de 2024. Dispõe sobre condições de operação para os reservatórios dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Furnas, Marechal Mascarenhas de Moraes (Peixoto), Marimbondo e Água Vermelha*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 91, p. 146–147, 13 maio 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/legislacao/resolucoes/resolucoes-regulatorias/2024/193>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CABRAL, L. et al. (2007). *Furnas: 50 anos mudando o Brasil*. Rio de Janeiro: Memória da Eletrobras.

COSTA, A. L. B. (1990). “Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do Estado”. In: COSTA, A. L. M. et al. (org.). *Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate*. Rio de Janeiro: CEDI. p. 55–68.

DOBSON, A. (2014). “A escuta ativa”. In: —. *Listening for democracy – recognition, representation, reconciliation*. New York: Oxford University Press. Cap. 1, p. 17–48.

DOMÈNECH, L. et al. (2013). “Contesting large-scale water supply projects at both ends of the pipe in Kathmandu and Melamchi Valleys, Nepal”. *Geoforum*, v. 47, p. 22–31.

FURNAS e ALAGO firmam protocolo para regularizar ocupação de áreas ao redor do lago. *G1 Sul de Minas*, [S.1.], data de publicação não informada. Disponível em: [URL]. Acesso em: 15 maio 2025.

G1. (2020). “Após mobilização de moradores e políticos, Lago de Furnas atinge cota mínima 762”. *G1 Sul de Minas*, 1 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/04/01/apos-mobilizacao-de-moradores-e-politicos-lago-de-furnas-atinge-cota-minima-762.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

G1. (2021). Furnas e Alago firmam protocolo para regularizar ocupação de áreas ao redor do lago. *G1 Sul de Minas*, 28 jun. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2021/06/28/furnas-e-alago-firmam-protocolo-para-regularizar-ocupacao-de-areas-ao-redor-do-lago.ghtml>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

G1. (2022). Piscicultores e esportistas aquáticos reclamam de poluição no Lago de Furnas. *G1 Sul de Minas*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/videos-jornal-da-eptv-1-edicao/video/piscicultores-e-esportistas-aquaticos-reclamam-de-poluicao-no-lago-de-furnas-9829952.ghtml>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

G1. (2022). Cerca de 120 toneladas de peixes mortos são encontradas no Lago de Furnas, em Alfenas (MG). *G1 Sul de Minas*, 6 maio 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2022/05/06/cerca-de-120-toneladas-de-peixes-mortos-sao-encontradas-no-lago-de-furnas-em-alfenas-mg.ghtml>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

LATUF, M. de O.; SANTOS, K. S. C. (2023). “Imageamento orbital do reservatório de Furnas: variação espaço-temporal do nível da água e inferências hidrométricas”. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 43, n. 1. DOI: 10.5216/bgg.v43i01.71558. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/71558>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MBEMBE, A. (2018). *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições. 128 p.

MOUFFE, C. (2005). “Por um modelo agonístico de democracia”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 11–23.

QUIJANO, A. (2000). “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. In: LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO. p. 201–246.

Supremo Tribunal Federal. (2021). Bolsonaro questiona tombamento de lagos de Furnas por emenda à Constituição de MG. *STF Notícias*, 25 jun. 2021. Disponível em: <<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/bolsonaro-questiona-tombamento-de-lagos-de-furnas-por-emenda-a-constituicao-de-mg/>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A.; BAPTISTA, M. S. (2023). “The interface of disasters, sanitation, and poverty in Brazil: a sociological perspective”. *Frontiers in Sustainable Cities*, v. 5.

VALÊNCIO, N. (2019). “Desafios de resiliência comunitária frente à relações de vizinhança assimétricas”. In: CASTRO, E.; CARMO, E. D. (orgs.). *Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena*. Belém: NAEA-UFPA. p. 239–245.

WCED – WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. (1987). *Nosso futuro comum*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas